

Balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e de 2018 (Em reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Estado do Pará - Sicoob Cooesa
CNPJ nº 83.836.114/0001-01

Demonstração das sobras ou perdas (Em reais)			
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Estado do Pará - Sicoob Cooesa CNPJ nº 83.836.114/0001-01			
	Notas	30-jun-19	30-jun-18
Ingressos e receitas da intermediação financeira			
Operações de crédito	- 17	3.710.405,92 3.710.405,92	3.002.760 3.002.759,68
Dispêndios e despesas da intermediação financeira			
Operações de captação no mercado	-	(522.342,81)	(421.196,47)
Operações de empréstimos e repasses		(9.749,60)	(9.950,13)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	- 18	(459.447,17) (991.539,58)	(427.540,61) (858.687,21)
Resultado bruto da intermediação financeira		2.718.866,34	2.144.072,47
Outros ingressos, receitas/dispêndios e despesas operacionais			
Ingressos e receitas de prestação de serviços	19	1.237.908,86	891.686,42
Dispêndios e despesas de pessoal	20	(1.606.100,36)	(1.471.680,74)
Outros dispêndios e despesas administrativas	21	(2.296.513,80)	(1.694.159,95)
Dispêndios e despesas tributárias	22	(54.971,33)	(31.412,70)
Outros ingressos e rendas operacionais	19	715.605,17	503.142,20
Outros dispêndios e despesas operacionais	23	(228.198,36)	(164.067,31)
	-	(2.232.269,82)	(1.966.492,08)
Resultado operacional		486.596,52	177.580,39
Resultado não operacional			
Receitas não operacionais	-	2.511,26	1.402,11
Despesas não operacionais	-	(1.583,86)	(2.764,97)
	24	927,40	(1.362,86)
Resultado antes da tributação e das participações		487.523,92	176.217,53
Imposto de renda e contribuição social	-	(22.073,71)	(12.332,74)
Sobras ou perdas líquidas do exercício/semestre		465.450,21	163.884,79
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
(Em reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Estado do Pará - Sicoob Cooesa
CNPJ nº 83.836.114/0001-01

	<u>Notas</u>	<u>Capital Subscrito</u>	<u>Capital a Realizar</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Reserva de Expansão</u>	<u>Sobras ou Perdas Acumuladas</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31/12/2017		10.492.396,69	(197.627,67)	1.019.688,77	12.500,12	243.840,04	11.570.797,95
Destinação das sobras exercício anterior:							
Ao Capital	-	242.723,89	-	-	-	(242.723,89)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	-	(1.116,15)	(1.116,15)
Movimentação de Capital:							
Integralização/subscrição de capital	-	732.695,98	(100.189,00)	-	-	-	632.506,98
(-) Devolução de capital	-	(457.558,50)	-	-	-	-	(457.558,50)
Sobras ou Perdas Líquidas						163.884,79	163.884,79
Saldos em 30/06/2018		11.010.258,06	(297.816,67)	1.019.688,77	12.500,12	163.884,79	11.908.515,07
Saldos em 31/12/2018		11.427.255,90	(392.998,77)	1.222.636,13	12.500,12	608.842,09	12.878.235,47
Destinação de Sobras Exercício Anterior							
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	-	(603.194,95)	(603.194,95)
Ao Capital	15	604,24	-	-	-	(604,24)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	-	(5.042,90)	(5.042,90)
Movimentação de Capital:							
Integralização/subscrição de capital	-	725.448,80	(150.346,74)	-	-	-	575.102,06
(-) Devolução de capital	-	(512.263,62)	-	-	-	-	(512.263,62)
Sobras ou Perdas Líquidas						465.450,21	465.450,21
Saldos em 30/06/2019		11.641.045,32	(543.345,51)	1.222.636,13	12.500,12	465.450,21	12.798.286,27

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração dos fluxos de caixa (Em reais)		
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Estado do Pará - Sicoob Cooesa CNPJ nº 83.836.114/0001-01		
	30/06/2019	30/06/2018
Atividades operacionais		
Sobras/perdas do semestre antes do imposto de renda e contribuição social	487.523,92	176.217,53
Ajustes por:		
Provisão para operações de crédito	207.829,87	(72.641,89)
IRPJ / CSLL	(22.073,71)	(12.332,74)
Depreciações e Amortizações	127.529,03	113.112,08
	800.809,11	204.354,98
Variação nos ativos e passivos		
Operações de crédito	(3.454.739,64)	(938.416,78)
Outros créditos	(687.566,79)	391.728,33
Outros valores e bens	(22.325,38)	(21.230,66)
Depósitos	3.746.755,83	(4.829.259,52)
Outras obrigações	1.464.975,00	(432.968,20)
	1.047.099,02	(5.830.146,83)
Caixa gerado nas operações	1.847.908,13	(5.625.791,85)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação no Intangível	(12.245,82)	(6.939,73)
Investimento em Imobilizado de Uso	(150.078,64)	-
Aplicação Investimentos	(50.807,18)	(25.404,00)
Imobilizações em curso	(53.018,57)	(11.451,36)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(266.150,21)	(43.795,09)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento por novos aportes de capital	575.102,06	632.506,98
Devolução de capital à cooperados	(512.263,62)	(457.558,50)
Destinação de sobras de exercício anterior cotas de capital à paga	(5.042,90)	(1.116,15)
Destinação de sobras de exercício anterior em C/C associados	(603.194,95)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(545.399,41)	173.832,33
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	1.036.358,51	(5.495.754,61)
No início do período	9.864.369,57	13.332.332,43
No fim do período	10.900.728,08	7.836.577,82
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa	1.036.358,51	(5.495.754,61)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis		

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DO PARÁ - SICOOB
COOESA**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS SEMESTRES
FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018**

(Em reais)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DO PARÁ - SICOOB COOESA, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 13/05/1994, filiada à CCC UNICOOB – SICOOB CENTRAL UNICOOB e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB COOESA possui 4 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: SANTARÉM - PA, BELÉM - PA, CASTANHAL - PA.

O SICOOB COOESA tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 27/08/2019.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os

pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial

ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL UNICOOB avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e recursos de aceite e emissão de títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para

saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 9.580/2018, art. 194. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 194 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2019.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Disponibilidades	587.434,65	943.921,77

Relações interfinanceiras - centralização financeira	10.313.293,43	6.892.656,05
TOTAL	10.900.728,08	7.836.577,82

Na determinação da composição dos itens de caixa e equivalentes de caixa foram considerados os seguintes critérios para classificação dos ativos:

- I. Ter como finalidade atender a compromissos de curto prazo.
- II. Possuir conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.
- III. Estar exposto a reduzido risco de mudança de valor.
- IV. Ter prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na dará da aquisição.

5. Relações interfinanceiras

Em 30 de junho de 2019 e de 2018, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Centralização financeira – cooperativas (a)	10.313.293,43	6.892.656,05
TOTAL	10.313.293,43	6.892.656,05

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL UNICOOB conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

A remuneração média da Centralização Financeira no semestre findo em 30 de junho de 2019 foi de 100,77 % (2018 – 100,53 %) do CDI e sua liquidez é imediata, desde que a cooperativa filiada mantenha 20% do saldo médio dos seus depósitos junto ao Sicoob Central Unicoob. No semestre findo em 30 de junho de 2019, a remuneração da centralização financeira foi de R\$ 233.706,33 (2017 - R\$ 208.503,32), respectivamente, registrada no grupo "Outros Ingressos e Rendas Operacionais" da demonstração das sobras ou perdas.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	30/06/2019			30/06/2018
	Circulante	Não circulante	Total	
Adiantamento a depositante	34.693,94	-	34.693,94	22.026,16
Empréstimos	10.031.089,80	20.187.920,03	30.219.009,83	24.803.067,43
Títulos descontados	124.572,53	-	124.572,53	28.227,57
Financiamentos	301.824,10	473.429,68	775.253,78	288.577,99
(-) Provisões para operações de crédito	(578.369,67)	(432.467,44)	(1.010.837,11)	(841.306,99)
TOTAL	9.913.810,70	20.228.882,27	30.142.692,97	24.300.592,16

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Total em 30/06/2019	Provisões 30/06/2019	Total em 30/06/2018	Provisões 30/06/2018
AA - Normal	12.244.445,14	-	22.158,26	12.266.603,40	-	8.020.081,58	-
A 0,5%	9.690.121,00	71.303,11	282.120,14	10.043.544,25	(50.217,72)	10.124.862,95	(50.624,31)
B 1%	3.344.020,49	341.909,58	41.751,79	3.727.681,86	(37.276,82)	3.415.795,19	(34.157,95)
B 1% Vencidas	182.147,85	1.183,51	-	183.331,36	(1.833,31)	11.809,54	(118,10)
C 3%	2.127.244,59	221.483,45	202.550,86	2.551.278,90	(76.538,37)	1.680.547,56	(50.416,43)
C 3% Vencidas	152.940,19	7.244,10	26.636,40	186.820,69	(5.604,62)	104.973,34	(3.149,20)
D 10%	812.979,37	92.953,26	31.299,06	937.231,69	(93.723,17)	877.509,85	(87.750,99)
D 10% Vencidas	307.291,16	19.405,76	-	326.696,92	(32.669,69)	83.292,73	(8.329,27)
E 30%	64.857,62	30.369,27	-	95.226,89	(28.568,07)	163.186,22	(48.955,87)
E 30% Vencidas	76.120,12	16.771,90	-	92.892,02	(27.867,61)	48.521,32	(14.556,40)
F 50%	29.667,31	9.297,13	-	38.964,44	(19.482,22)	55.439,24	(27.719,62)
F 50% Vencidas	72.599,36	11.473,23	-	84.072,59	(42.070,54)	5.107,62	(2.554,07)
G 70%	18.977,67	5.518,61	-	24.496,28	(17.147,40)	79.049,30	(55.334,51)
G 70% Vencidas	52.906,35	3.264,39	-	56.170,74	(39.319,52)	46.941,47	(32.859,03)
H 100%	80.901,82	997,57	-	81.899,39	(81.899,39)	126.640,46	(126.640,46)
H 100% Vencidas	255.228,44	32.652,95	168.737,27	456.618,66	(456.618,66)	298.140,78	(298.140,78)
Total Normal	28.413.215,01	773.831,98	579.880,11	29.766.927,10	(404.853,16)	24.543.112,35	(481.600,14)
Total Vencidos	1.099.233,47	91.995,84	195.373,67	1.386.602,98	(605.983,95)	598.786,80	(359.706,85)

Total Geral	29.512.448,48	865.827,82	775.253,78	31.153.530,08	(1.010.837,11)	25.141.899,15	(841.306,99)
Provisões	(744.054,80)	(86.211,40)	(180.570,91)	(1.010.837,11)		(841.306,99)	
Total Líquido	28.768.393,68	779.616,42	594.682,87	30.142.692,97		24.300.592,17	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas, tem por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	2.495.476,27	6.704.535,60	20.187.864,08	29.387.875,95
Financiamentos	103.120,66	198.703,44	473.429,68	775.253,78
Títulos descontados	118.790,59	5.781,94	-	124.572,53
Conta corrente	555.758,62	310.013,25	55,95	865.827,82
TOTAL	3.273.146,14	7.219.034,23	20.661.349,71	31.153.530,08

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Títulos descontados	30/06/2019	% da Carteira
Setor privado - serviços	541.480,05	2.548.354,51	124.572,53	3.214.407,09	10%
Pessoa física	324.347,77	27.614.775,22	-	27.939.122,99	90%
TOTAL	865.827,82	30.163.129,73	124.572,53	31.153.530,08	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Saldo inicial	(803.007,27)	(913.948,88)
Constituições	(819.513,98)	(5.554.669,33)
Reversões	456.832,36	5.199.349,46
Transferência para prejuízo	154.851,75	427.961,76
TOTAL	(1.010.837,11)	(841.306,99)

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	30/06/2019	% Carteira Total	30/06/2018	% Carteira Total
Maior devedor	1.274.801,13	4,00%	1.033.560,27	4,00%
10 Maiores devedores	4.231.737,36	13,00%	3.841.287,64	15,00%
50 Maiores devedores	11.049.878,47	35,47%	9.594.802,12	38,00%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Saldo inicial	2.589.696,79	1.971.233,65
Valor das operações transferidas no período	214.829,84	463.181,20
Valor das operações recuperadas no período	(43.123,20)	(65.089,04)
TOTAL	2.761.403,43	2.369.325,81

h) Operações renegociadas:

Durante o semestre de 30 de junho de 2019, a cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 1.869.185,15, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	30/06/2019	30/06/2018
Avalis e fianças honrados	169.873,69	171.741,85
Rendas a receber	106.414,62	74.041,01
Diversos (a)	1.223.142,21	614.149,31
(-) Provisões para outros créditos (b)	(181.843,00)	(171.933,49)
TOTAL	1.317.587,52	687.998,68

(a) Refere-se a adiantamentos e antecipações detalhados a seguir:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Adiantamentos e antecipações salariais	78.029,06	63.115,17
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	49.685,03	36.694,69
Impostos e contribuições a compensar	20.204,81	9.835,12
Imposto de renda a recuperar	236,82	175,63
Pagamentos a resarcir	26.145,56	70,74
Títulos e créditos a receber	70.237,52	60.715,58
Devedores diversos – pais (i)	978.603,41	443.542,38
TOTAL	1.223.142,21	614.149,31

(i) Devedores diversos é composto por diferença de caixa R\$ 121,79, pendencias a regularizar R\$ 611.222,01, plano de saúde a receber R\$ 104.785,23 e valores a receber – mensalidades R\$ 262.474,38.

(b) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / percentual de risco / situação	Avalis e fianças honrados	Total em 30/06/2019	Provisões 30/06/2019	Total em 30/06/2018	Provisões 30/06/2018
E 30% Normal	15.403,00	15.403,00	(4.620,90)	5.330,11	(1.599,03)
E 30% Vencidas	32.651,77	32.651,77	(9.795,53)	69.209,83	(20.762,95)
F 50% Normal	779,39	779,39	(389,70)	-	-
F 50% Vencidas	38.801,83	38.801,83	(19.400,92)	4.291,91	(2.145,96)
G 70% Vencidas	16.131,04	16.131,04	(11.291,77)	20.666,77	(14.466,74)
H 100% Normal	-	-	-	14.306,90	(14.306,90)
H 100% Vencidas	67.060,57	67.060,57	(67.060,57)	69.094,16	(69.094,16)
Total normal	16.182,39	16.182,39	(5.010,60)	19.637,01	(15.905,93)
Total vencidos	154.645,21	154.645,21	(107.548,79)	163.262,67	(106.469,81)
Total geral	170.827,60	170.827,60	(112.559,39)	182.899,68	(122.375,74)
Provisões	(112.559,39)	(112.559,39)		(122.375,74)	
Total líquido	58.268,21	58.268,21		60.523,94	

8. Outros valores e bens

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Despesas antecipadas	34.913,33	32.469,47
TOTAL	34.913,33	32.469,47

(a) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL UNICOOB.

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Participações em cooperativa central de crédito	1.487.875,73	1.437.068,55
Participações inst financ controlada coop crédito	1.190,00	1.190,00
Outras participações	450,00	450,00
TOTAL	1.489.515,73	1.438.708,55

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	30/06/2019	30/06/2018
Imobilizado em curso		65.410,36	65.410,72
Edificações	4%	67.000,00	67.000,00
(-) Depreciação acum. imóveis de uso - edificações		(40.199,70)	(37.519,74)
Instalações	10%	612.503,05	575.938,65
(-) Depreciação acumulada de instalações		(295.071,76)	(223.978,60)
Móveis e equipamentos de uso	10%	626.157,69	588.352,94
(-) Depreciação acum. móveis e equipamentos de uso		(288.405,53)	(240.476,01)
Sistema de comunicação	20%	35.124,80	34.848,00
Sistema de processamento de dados	20%	476.632,11	503.568,37
Sistema de segurança	10%	42.409,46	37.636,64
Sistema de transporte	20%	193.997,45	0,00
(-) Depreciação acum. outras imobilizações de uso		(429.892,33)	(408.867,24)
TOTAL		1.065.665,60	961.913,73

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

11. Intangível

Descrição	Taxa Depreciação	30/06/2019	30/06/2018
Outros ativos intangíveis	20%	141.791,14	135.520,60
(-) Amortização acumulada de ativos intangíveis		(124.285,71)	(116.149,00)
TOTAL		17.505,43	19.371,60

O intangível refere-se a contrato de cessão para utilização de licenças do software SISBR.

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos à prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	30/06/2019	Taxa média	30/06/2018	Taxa média
Depósito à vista	8.857.744,95		9.169.276,89	
Depósito sob aviso	2.942,43	0,46	2.777,14	0,50
Depósito a prazo	19.470.505,98	0,48	12.226.390,41	0,57
TOTAL	28.331.193,36		21.398.444,44	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	30/06/2019	% Carteira Total	30/06/2018	% Carteira Total
Maior depositante	3.455.721,41	12,00%	2.802.298,42	13,27%
10 Maiores depositantes	10.220.550,01	36,00%	8.112.766,33	37,91%
50 Maiores depositantes	18.877.879,07	67,00%	14.844.774,90	68,65%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2019	2018
Despesas de depósitos de aviso prévio	(82,95)	(80,50)
Despesas de depósitos a prazo	(502.549,19)	(404.398,17)
Despesas de contribuição ao fundo garantidor de créditos	(19.710,67)	(16.717,80)
TOTAL	(522.342,81)	(421.196,47)

13. Outras obrigações

Descrição	2019	2018
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	9.222,47	20.524,66
Sociais e estatutárias	811.117,66	528.865,58
Fiscais e previdenciárias	144.646,67	111.975,89
Diversas	2.874.142,23	1.309.306,37
TOTAL	3.839.129,03	1.970.672,50

13.1 Sociais e estatutárias

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Resultado de atos com associados (a)	111.370,98	17.581,86
Cotas de capital a pagar (b)	699.746,68	511.283,72
TOTAL	811.117,66	528.865,58

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 20% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

13.2 Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	22.073,71	12.332,74
Impostos e contribuições a recolher	122.572,96	99.643,15
TOTAL	144.646,67	111.975,89

13.3 Diversas

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Obrigações por aquisição de bens e direitos	14.709,57	8.950,94
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	15.625,86	33.231,76
Provisão para pagamentos a efetuar (a)	535.284,99	484.433,20
Provisão para garantias financeiras prestadas (b)	74.610,41	26.810,15
Credores diversos – país (c)	2.233.911,40	755.880,32
TOTAL	2.874.142,23	1.309.306,37

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal.

(b) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em

30 de junho de 2019, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 3.143.777,70 (R\$ 2.335.117,62 em 30/06/2018), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(c) Os credores diversos classificados em diversas estão assim compostos:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Pendências a regularizar	96.250,74	38.269,84
Crédito de filiadas	-	16.388,11
Diferença de caixa	173,44	374,62
Pendências a regularizar Bancoob	10.215,05	6.561,44
Convênios - concessionárias	446.061,54	402.333,30
Créditos de terceiros	10.936,12	10.999,96
Fundo garantidor de valores	200.000,00	200.000,00
Saldos credores - encerramento c/c	16.681,88	293,77
Compromisso pela integralização de capital	9.905,00	5.953,29
Credores diversos-liquidação cobrança	1.424.828,54	38.722,59
Valores a liquidar - parcelas de crédito consignado	16.774,22	35.983,40
Devolução saldo credor - cartões	2.084,87	-
TOTAL	2.233.911,40	755.880,32

14. Instrumentos financeiros

O SICOOB COOESA opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

15. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No semestre de 2019, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 63.442,68.

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Capital social	11.097.699,81	10.712.441,39
Associados	3.227	2.848

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 20%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

16. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Receita de prestação de serviços	519.867,63	302.443,93
Despesas específicas de atos não cooperativos	(58.572,90)	(50.287,69)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(333.665,58)	(211.801,03)
Resultado operacional	127.629,15	40.355,21
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	927,40	(1.362,86)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	128.556,55	38.992,35
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	150.630,26	51.325,09

17. Ingressos da intermediação financeira

Descrição	2019	2018
Rendas de adiantamentos a depositantes	8.277,47	3.968,58
Rendas de empréstimos	3.585.374,20	2.912.187,13
Rendas de direitos creditórios descontados	20.452,32	2.753,76
Rendas de financiamentos	47.270,83	17.877,12
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	49.031,10	65.973,09
TOTAL	3.710.405,92	3.002.759,68

18. Dispêndios da intermediação financeira

Descrição	2019	2018
Despesas de captação	(522.342,81)	(421.196,47)
Despesas de obrigações por empréstimos e repasses	(9.749,60)	(9.950,13)
Provisões para operações de crédito	(619.838,48)	(355.560,39)
Provisões para outros créditos	(115.960,87)	(76.006,79)
Despesas com captação em títulos de desenvolvimento econômico	0,00	(76.006,79)
Operações de crédito de liquidação duvidosa	257.162,55	240,52
Outros créditos de liquidação duvidosa	19.189,63	3.786,05
TOTAL	(991.539,58)	(934.694,00)

19. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2019	2018
Rendas de prestação de serviços	1.237.908,86	891.686,42
Recuperação de encargos e despesas	69.772,49	0,03
Rendas de créditos por avais e fianças honrados	0,06	-
Ingressos de depósitos intercooperativos	233.706,33	208.503,32
Reversão de provisão para garantias prestadas	28.826,70	0,00
Rendas juros cartão de crédito	176.942,65	138.342,75
Rendas multas por atraso - cartão de crédito	11.015,80	10.031,99
Crédito receita SIPAG - faturamento	61.655,49	8.797,71
Crédito receita Sipag - antecipação	121.418,28	52.624,26
Rendas intercâmbio - cartão de crédito	9.664,57	22.341,83
Rendas intercâmbio - cartão de débito	2.537,30	13.684,93
Outras rendas operacionais	65,50	48.815,38
TOTAL	1.953.514,03	1.394.828,62

20. Outros dispêndios/despesas pessoal

Descrição	2019	2018
Despesas de honorários	(105.408,00)	(99.124,00)
Despesas de pessoal - benefícios	(339.159,06)	(316.274,91)
Despesas de pessoal - encargos sociais	(334.166,96)	(288.586,03)
Despesas de pessoal - proventos	(824.145,47)	(753.222,28)
Despesas de pessoal - treinamento	(3.220,87)	(491,15)
Despesas de remuneração de estagiários	-	(13.982,37)
TOTAL	(1.606.100,36)	(1.471.680,74)

21. Outros dispêndios/despesas administrativas

Descrição	2019	2018
Despesas de água, energia e gás	(59.841,05)	(51.530,33)
Despesas de aluguéis	(203.159,33)	(174.320,37)
Despesas de comunicações	(65.745,66)	(80.633,57)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(27.659,70)	(13.531,76)
Despesas de material	(38.570,92)	(23.685,61)
Despesas de processamento de dados	(95.406,77)	(78.596,73)
Despesas de promoções e relações públicas	(10.380,12)	(3.057,43)
Despesas de propaganda e publicidade	(5.110,00)	(2.551,60)
Despesas de publicações	(800,00)	(645,11)
Despesas de seguros	(12.910,04)	(10.096,18)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(365.148,66)	(320.303,43)
Despesas de serviços de terceiros	(186.660,42)	(122.498,99)
Despesas de serviços de vigilância e segurança	(158.697,28)	(145.693,58)
Despesas de serviços técnicos especializados	(60.417,55)	(47.924,08)
Despesas de transporte	(161.705,60)	(120.737,30)
Despesa de viagem no país	(42.070,29)	(2.574,75)
Outras despesas administrativas	(616.203,45)	(380.957,30)
Despesas de amortização	(26.148,37)	(24.913,26)
Despesas de depreciação	(101.380,66)	(88.198,82)
Garantias financeiras prestadas	(58.497,93)	(1.709,75)
TOTAL	(2.296.513,80)	(1.694.159,95)

22. Outros dispêndios/despesas tributárias

Descrição	2019	2018
Despesas tributárias	(14.566,09)	(7.099,44)
Despesas de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(16.229,70)	(10.249,62)
Despesas de Contribuição ao Cofins	(20.796,41)	(12.097,76)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(3.379,13)	(1.965,88)
TOTAL	(54.971,33)	(31.412,70)

23. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2019	2018
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	(5.379,26)	(12.378,75)
Despesas de Descontos Concedidos	(1.205,04)	-
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(51.851,27)	(36.424,29)
Contribuições ao Fundo Garantidor de depósitos	(25.097,91)	(3.571,49)
Contribuição ao Fundo Ressarcimento Fraudes Externas	-	(720,32)
Contribuição ao Fundo Ressarcimento Perdas Operacionais	-	(499,49)
Contribuição ao Fundo Tecnologia da Informação	(21.718,37)	(23.063,01)
Outras Despesas Operacionais	(122.946,51)	(87.409,96)
TOTAL	(228.198,36)	(164.067,31)

24. Resultado não operacional

Descrição	2019	2018
Ganhos de Capital	2.511,26	15,00
Outras Rendas não Operacionais	-	1.387,11
(-) Perdas de Capital	(383,78)	-
(-) Outras Despesas não Operacionais	(1.200,08)	(2.764,97)
Resultado Líquido	927,40	(1.362,86)

25. Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no semestre de 30 de junho de 2019:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	341.872,32	1,6233%	212,54
TOTAL	341.872,32	1,6233%	212,54
Montante das Operações Passivas	1.352.211,57	5,7982%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 30 de junho de 2019

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Empréstimo	654.351,24	358,48	2,2266%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação á Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	142.711,94	1,6425%	0%
Depósitos a Prazo	887.942,43	4,5598%	0,4647%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Média Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Empréstimos	1,7645%	2,04%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	102,2691%	97,17% CDI

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO SEMESTRE DE 2019	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	2,6095%
Aplicações Financeiras	5,7982%

d) No semestre de 30 de junho de 2019 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO SEMESTRE DE 2019 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(17.568,00)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(87.840,00)
Encargos Sociais	(14.054,40)

26. Cooperativa central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DO PARÁ - SICOOB COOESA, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC UNICOOB - SICOOB CENTRAL UNICOOB, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL UNICOOB, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas

exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL UNICOOB a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB COOESA responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL UNICOOB perante terceiros, até o limite do valor das cotas-parte do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB CENTRAL UNICOOB:

Descrição	2019	2018
Ativo		
Centralização financeira	10.313.293,43	6.892.656,05
Investimentos	17.505,43	19.371,60

27. Gerenciamento de risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

27.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

27.2 Risco de mercado e de liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial

e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

27.3 Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

27.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

27.5 Risco socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

27.6 Gestão de continuidade de negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

28. Seguros contratados – não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

26. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	12.273.372,20	11.445.182,74
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	35.006.647,35	27.289.779,05
Índice de Basileia (mínimo 13%) - %	35,06	41,94
Imobilizado para cálculo do limite	1.066.115,60	962.363,73
Índice de imobilização (limite 50%) - %	8,69	8,41

27. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida.

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB COOESA, não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, com probabilidade de perda provável ou possível.

28. Outros assuntos

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN nº.3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a superintendência de gestão de risco e capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

BELÉM-PA, 30 de junho de 2019

FRANCISCA MONTEIRO UCHOA
DIRETORA PRESIDENTE

JOSUÉ DUTRA DE MORAES
DIRETOR FINANCEIRO

MARILZA LAVEZO
CONTADORA 049349/O-9 PR